

Os heterodoxos e a dívida externa

6 AGO 1987

Economistas heterodoxos que participaram, direta ou indiretamente, da elaboração dos Planos Austral e Cruzado, na Argentina e no Brasil, reuniram-se para discutir a política econômica compendiada nesses planos. Desse interessante confronto de opiniões participou um só economista ortodoxo, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen. A reunião, que se deu em São Paulo, levou a uma conclusão unânime: sem a solução do problema da dívida externa, nenhum plano heterodoxo derrotará a inflação, que não é unicamente inercial. A conclusão parece-nos óbvia. Vários participantes ressaltaram também a responsabilidade que cabe aos países devedores (e não apenas aos credores) no tocante a conter outra fonte de inflação (o déficit público). Embora tenham chegado a esse diagnóstico, que ninguém questiona, os participantes da reunião não apresentaram propostas concretas com vistas na solução do problema da dívida externa, tampouco na redução do déficit público, que se acham, todavia, estreitamente interligados.

Ninguém poderia negar que o

serviço da dívida externa, oscilando entre 3 e 5% do PIB, seja fator de inflação. Os credores estrangeiros o reconhecem e mostram-se prontos a estudar com os países devedores o meio de se aliviar a pressão exercida pelo déficit público. O que assusta, especialmente com relação ao Brasil, é o fato de não haver uma proposta realista de nosso governo, que parece mais sensível à pressão demagógica de alguns membros do PMDB do que à ansiedade com que a comunidade financeira internacional aguarda uma solução.

A resistência a um acordo com o FMI, que permitiria ao País aliviar consideravelmente o peso das transferências para o Exterior, direta ou indiretamente, ilustra bem esta incompreensão, esta má vontade brasileira. Afirma-se que o FMI só tem uma receita: a recessão. É uma maneira distorcida de apresentar os programas de ajuste concebidos pelo organismo internacional. O FMI faz realmente uma exigência: a de redução drástica do déficit do setor público, a fim de se criarem condições para um desenvolvimento sustentado,

que necessita da estabilidade de preços.

Pode-se perguntar se o governo brasileiro está realmente empenhado em conter esse déficit, que, como o explicou claramente um dos pais do Plano Cruzado, sr. Pêrsio Arida, só pode ser reduzido por meio do corte nas despesas. Chega este a propor, para isso, maior privatização das empresas estatais, uma vez que o setor público não tem mais condições de efetuar os investimentos necessários. Mas é precisamente neste momento que os "políticos" alardeiam o falso argumento segundo o qual os cortes nas despesas provocariam a recessão, quando na verdade estão pensando somente em dispor de um setor público em que poderão colocar seus amigos...

Ao apontar-se o serviço da dívida externa como fator primordial de inflação, capaz de frustrar até os planos heterodoxos, dever-se-ia examinar mais atentamente a situação do Brasil. A despeito da moratória ampliada que estamos seguindo, não houve realmente redução do déficit público, e o próprio governo sabe as resistências que encontra ao perse-

guir seu objetivo de chegar em 1987 a um déficit público equivalente a 3,5% do PIB, objetivo que dificilmente atingirá, não por causa do serviço da dívida, mas da avidez e ganância dos políticos que se recusam a reduzir gastos. Se o FMI considera muito alto um déficit igual a 3,5% do PIB, é por saber que este valor será ultrapassado no fim do ano. O organismo internacional não quer nenhuma recessão, mas, apenas, seriedade maior na administração das despesas públicas.

Os economistas que participaram do encontro em São Paulo fizeram também uma advertência que deve ser ouvida: o congelamento de preços não é o meio de conter a inflação, e enquanto houver pressão do déficit público, haverá a tentação de se voltar ao sistema de indexação, que os choques heterodoxos queriam, precisamente, extinguir. Estamos percebendo essa forte tentação no seio do governo, que, por ter concordado em afrontar o mercado, sabe que terá de instituir um regime de indexação dos salários e dos preços que dificilmente será limitado.